



Nº 18 - NOVEMBRO 2020

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO SÉRGIO SILVA

NOVEMBRO NEGRO

Envelhecimento da
população negra
e o direito à vida
digna

'Gregos antigos não
roubaram a filosofia
de negros egípcios',
afirma arqueólogo

AGENDA DE LUTAS NOVEMBRO DE 2020



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Consciência Negra

FOTO SÉRGIO SILVA



Durante o ano todo, a Revista Reconexão Periferias apresenta temas relacionados às periferias do Brasil, e, por consequência, às pessoas que nelas vivem, que são, em sua imensa maioria, negras. É impossível falar de periferia sem falar

da questão racial, assim como o inverso se mostra verdadeiro. Falar da vida das pessoas negras passa, também, por falar de seus territórios, de suas comunidades, das periferias e favelas do nosso país.

Mas não só. Tratar de

assuntos da vida de homens e mulheres negras é tratar sobre economia, geração de empregos, desenvolvimento local, cultura, educação, transformações na justiça criminal, saúde física e mental, e disputa política pelo poder, por exemplo.

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, LINDBERGH FARIAS, MÁRCIO JARDIM, VALTER POMAR

Todos assuntos citados que já foram pautas desta Revista e que pudemos apresentar como estão diretamente relacionados com a questão racial.

No mês da consciência negra, novembro, a Revista Reconexão Periferias ressalta sua convicção de que, se queremos construir uma sociedade justa, não basta não sermos racistas, é preciso sermos antirracistas. É preciso agir contra o racismo, denunciá-lo, desconstruí-lo. Ter a consciência de que as questões raciais, assim como de gênero, em nossa sociedade, são tão estruturais quanto classe social.

Assim, ainda que o momento em que vivemos, de pandemia e de profundo descaso do governo federal com a vida e com a sobrevivência digna das pessoas, apresente-se bastante crítico para toda classe trabalhadora, os mais afetados são as mulheres e a população negra (homens e mulheres). No campo do emprego,

por exemplo, de acordo com dados do Dieese, a partir da Pnad/IBGE, a população negra perdeu ou precisou deixar mais o emprego do que os não negros no decorrer da pandemia: do total de negras/os ocupados no primeiro trimestre de 2020, 15% estavam sem trabalho no segundo trimestre, situação que ocorreu com 10% dos não negros.

Buscando dialogar com os aspectos históricos das relações raciais e do trabalho no Brasil, nesta edição trazemos o artigo do advogado Daniel Bento Teixeira, refletindo sobre políticas de inclusão no mercado, tais como processos seletivos para trainees exclusivos para pessoa negras.

O doutor em Saúde Pública Alexandre da Silva trata de aspectos do envelhecimento da população negra e da importância de propor, articular e pactuar a implementação de ações efetivas para o bem-estar e direito de vida digna com saúde

para essa pessoas.

O artigo do sociólogo Paulo Ramos afirma e argumenta que 2020 é um ano de inflexão no debate sobre racismo no Brasil, e até mesmo, em todo o mundo.

Também com esta perspectiva otimista e como um sopro de esperança, o historiador e secretário estadual de Combate ao Racismo do PT de São Paulo, Tiago Soares, celebra as conquistas que negros e negras tiveram no campo da política institucional e faz votos de que no mês da consciência negra as eleições sejam também um marco para eleger candidaturas negras e periféricas.

Na seção entrevista desta edição, trazemos o professor Gilberto da Silva Francisco, doutor em Arqueologia, primeiro negro a integrar a Escola Francesa de Atenas.

Boa leitura! ■

Envelhecimento da população negra, Covid-19 e necropolítica: Brasil reprovado

ALEXANDRE DA SILVA

ALEXANDRE DA SILVA É DOUTOR EM SAÚDE PÚBLICA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FSP-USP). PROFESSOR-ADJUNTO DA FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ (FMJ) – DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA. MESTRE EM REABILITAÇÃO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP). ESPECIALISTA EM GERONTOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP).

“SE NÚMEROS FRIOS NÃO TOCAM A GENTE, ESPERO QUE NOMES CONSIGAM TOCAR” (CHICO CÉSAR)

Precisamos de mais representatividade de atores sociais em defesa da saúde população negra e da população idosa para propor, articular e pactuar a implementação de ações efetivas para o bem-estar e direito de vida digna para os grupos-alvo dessas políticas. As discriminações raciais e etárias (etarismo ou idadeísmo) precisam ser discutidas nas mais diversas instâncias e setores da nossa sociedade.

Sabemos hoje o que Brasil é um dos epicentros da pandemia de Covid-19 no mundo.

Mortes, muitas mortes de ordem física e social vêm ocorrendo e ocorrem. E ainda não melhoramos as estratégias de proteção para grupos sociais específicos. Um simples exame de lógica poderia nos dizer que o risco de adoecimento e morte pelo vírus é maior se velho, com comorbidades e de pele escura. Então por que ainda resistimos em não falar de pessoas idosas negras? É com essa provocação que esse artigo de opinião será desenvolvido.

Uma das estratégias mais exitosas para a necropolítica é a falta de visibilidade, isto é, tornar invisíveis as informações que retratem condições de vida e de saúde. É isso o que encontramos quando observamos as barreiras institucionais

que não apresentam os dados da Covid-19 e de seus principais desfechos a partir da intersecção dos indicadores raça/cor da pele, sexo e idade. Se não é visível, logo não existe, correto? Nem tanto. Economicamente, a população idosa negra não é uma das mais privilegiadas, gerando o desinteresse de grandes empresários e das multinacionais. Restam os trabalhos informais que, mais uma vez, aumentam sua condição de vulnerabilidade e ameaça ao direito de viver e, muito mais, de respirar, parafraseando o filósofo Achille Mbembe. Mostrar o número de mortes em um tamanho de letra menor se comparado aos casos recuperados é também uma estratégia recentemente adotada pelos sites oficiais do Estado que trazem informações

sobre a Covid-19.

Falar de morte física e social e associar com o envelhecimento é porque a morte de qualquer familiar ou amigo velho ou velha gera alterações no organismo de quem fica, ainda mais se pai, mãe, filho, filha, cônjuge, neto e neta, enfim, a aceleração da morte celular ocorrerá (e já há muitos estudos falando sobre isso).

A invisibilidade de que falo aqui é confrontada e mitigada pelos movimentos articulados de diversas instituições, ativistas, acadêmicos e parte da sociedade engajada no enfrentamento das diversas manifestações de racismo e etarismo que, com a pandemia, ficaram ainda mais evidentes: a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) para profissionais de saúde de enfermagem (na maioria mulheres negras), na não articulação rápida e intensa de proteção para pessoas idosas em situação de rua, residentes nas Instituições de Longa Permanência, aquelas privadas de liberdade, das



MARCELLO CASAL/AGB

pessoas que se deslocam em transporte público para a realização de trabalhos informais, dos idosos quilombolas e indígenas que foram privados de água e alimentos para manter suas imunidades minimamente boas para o enfrentamento da Covid-19 e das idosas negras cuidadoras de pessoas idosas brancas que, por serem quase “da família”, foram “liberadas” para trabalhar e, veja só, até para dormir na casa de suas patroas, diminuindo o risco de contaminação.

Precisamos de mais representatividade de atores sociais em defesa da

saúde população negra e da população idosa para propor, articular e pactuar a implementação de ações efetivas para o bem-estar e direito a vida digna para os grupos-alvo dessas políticas. As discriminações raciais e etárias (etarismo ou idadeísmo) precisam ser discutidas nas mais diversas instâncias e setores da nossa sociedade. Fortalecer o SUS e setores que articulam com ele, visando facilidade de acesso, presença nos territórios, qualidade de atendimento e resolubilidade são essenciais para a melhora das condições de saúde e cuidado, sem foco apenas nas doenças. ■

'Gregos antigos não roubaram a filosofia de negros egípcios', afirma arqueólogo

POR ISAÍAS DALLE



FOTO: SÉRGIO SILVA

Debates públicos, muitas vezes suscitados pelos movimentos sociais organizados, vão alterando os olhares no ambiente universitário. E produzem novas e melhores compreensões do mundo atual. Até mesmo em uma disciplina aparentemente ligada apenas ao passado, como a Arqueologia. Nosso entrevistado deste

Para Francisco, arqueologia vai deixando de ser a observação da África como local de origem exterior para agregar elementos que têm consequência na explicação dessa população aqui no Brasil graças ao ativismo negro

mês, o professor Gilberto da Silva Francisco, experimenta isso em sua própria atividade. Doutor em Arqueologia, primeiro negro a integrar a Escola Francesa de Atenas, Gilberto tem como objeto principal de suas pesquisas o trabalho dos artesãos na Grécia antiga. Mas a demanda por conhecimento das heranças negras o leva cada vez mais a estudar o tema. “Sempre alguém vai perguntar sobre isso”, conta.

No ano que vem, ele será vice-coordenador de um curso sobre Diáspora da África, uma produção conjunta da Unifesp – onde ele trabalha – da Universidade Aberta do

Brasil e do MEC.

Esse curso vai tratar das conexões da África com o mundo greco-romano. Nesse percurso, haverá uma passagem pelo Egito antigo e repostas para questões bastante em voga. O Egito era majoritariamente negro? Os gregos roubaram a filosofia dos negros que habitavam o Egito? Cleópatra era negra? Gilberto adianta: tudo isso é mito.

Acompanhe a entrevista.

Como se tornou arqueólogo, como foi essa trajetória?

Tudo começou muito antes da universidade. Eu venho da periferia de São Paulo, de uma

família pobre, morava em Carapicuíba. Uma cidade dormitório, que nem tinha cinema. Eu me lembro que tinha uma biblioteca, muito precária, quando eu era criança, adolescente. Depois eu comecei a fazer um curso profissionalizante no Senai, isso na década de 1990, que era muito bom. Embora a gente estivesse lá pra se formar operário mesmo, metalúrgico – meu curso era mecânica geral – o repertório, a formação de ensino médio era excelente. A partir dali, algumas questões, como a relação com o aprendizado, estudar de forma mais profunda, começaram. Eu me lembro que quando eu prestei vestibular em 2000, época do Brasil 500 anos, eu me interessava muito por história da arte, artes plásticas, acabou que eu tentei História. Em 2001, eu respondi a uma convocação de bolsa-trabalho no Museu de Arqueologia, me candidatei e fui escolhido. Ali, dois interesses meus se reuniram: o interesse pela

arte e a reflexão sobre a sociedade, a cultura. A Arqueologia me colocava esses elementos. Eu cheguei ao Museu de Arqueologia buscando uma ocupação, eu precisava trabalhar, eu precisava de dinheiro.

Quando esse museu foi instituído, estávamos na década de 1960. Na época, propor como uma das matrizes desse projeto o estudo da herança africana, não era uma ousadia?

(Quando criado, o museu, que integra a Universidade de São Paulo, foi pensado para estudar e preservar as três heranças do povo brasileiro, hoje conhecidas como o “mito das três raças”)

Era uma ousadia. Mas o que era estudado ali era a etnologia africana, era uma África desconectada do Brasil, era praticamente o estudo do outro. Atualmente, essas questões relacionadas às relações dos afrodescendentes no Brasil mudaram bastante. O grande projeto de arqueologia,

que é o do Quilombo dos Palmares, que na década de 1990 foi liderado pelo professor Pedro Paulo Abreu Funari, mostrava ali também um cenário bem interessante. Mostrando algo que não era um reino africano no território brasileiro, mas um espaço possivelmente de trocas culturais, onde teriam convivido esses negros que fugiram, mas ele, Pedro Paulo, fala muito da presença de muita cerâmica indígena, até elementos mulçumanos e europeus também. Essa arqueologia que vem se desenvolvendo da década de 1990 pra cá que pensa efetivamente

Por exemplo: no meu campo, que é história antiga, há uma questão atual, no centro dos ativismos, que é o papel do Egito na antiguidade. Existe uma demanda pelo movimento negro que começa nos Estados Unidos e transborda para o Brasil.

esse espaço de resistência desses escravizados e seus descendentes, ou seja, não é só aquela África do etnólogo, mas a consequência pra entender as populações brasileiras. Isso é interessante pra gente entender, por exemplo, a dinâmica patrimonial amplamente relacionada à arqueologia. Ao longo do século 20, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já tombava em grande quantidade as igrejas barrocas – e o sagrado nessa conexão com o universo cristão é muito representado nessa política de tombamento desde a década de 1930; os terreiros, a partir até de uma incompreensão do que é esse espaço e a religiosidade dessa população afrodescendente, foram ignorados. Faz mais ou menos 30 anos que eles passam a ser objeto de interesse desse estudo patrimonial. Como esses terreiros não apresentavam edifícios considerados de valor histórico e arquitetônico, que nessa tradição

européia é elemento fundamental da política patrimonial, assim foi no Brasil durante muito tempo. Mas no espaço do terreiro, muito mais importante que o edifício é a relação com o solo, com a terra. Então você vê que toda essa esfera da arqueologia e do patrimônio vai deixando de ser a observação da África como local de origem exterior, e vai agregando e associando esses elementos que têm consequência na explicação dessa população aqui no Brasil.

É possível localizar um ponto de inflexão nessa leitura, esse novo olhar sobre o patrimônio dos afrodescendentes?

Acho que isso tem a ver com algo muito importante que é o ativismo. Eu sempre digo que a academia, a pesquisa, não pode ser só ativismo, só que o ativismo é um elemento fundamental para a gente movimentar as questões da academia. Essas questões foram colocadas antes pelo movimento negro. E depois

elas entram na universidade e na esfera oficial. Porque tudo isso que eu estou dizendo tem implicações muito sérias. Um arqueólogo que trabalha na identificação de quilombos e a relação das populações atuais e os quilombos do século 17, 18, 19, trabalha com uma relação entre essas terras e as populações atuais. Terras que são objeto de disputa em vários contextos. Mas quem começa com esses debates é o ativismo. Não eram questões próprias da universidade. Sem a gente perceber, alguns elementos que aparecem hoje em dia como naturais são frutos do ativismo. Mas, como eu digo, não dá pra fazer só ativismo. Por exemplo: no meu campo, que é história antiga, há uma questão atual, no centro dos ativismos, que é o papel do Egito na antiguidade. Existe uma demanda pelo movimento negro que começa nos Estados Unidos e transborda para o Brasil. É uma demanda que em muitos momentos encontra formulações

muito complicadas, que são puro ativismo. É importante mostrar que existia uma presença negra importante no Egito, que existia uma dinastia de faraós núbios, muito possivelmente negros, mas não dá pra dizer. Por exemplo, há todo um debate sobre o legado que foi roubado pelos gregos, que os gregos roubaram a filosofia, e que o Aristóteles roubou os livros filosóficos africanos e egípcios, e que o Alexandre Magno roubou a biblioteca de Alexandria que era um biblioteca africana. São questões até muito bonitas de dizer, mas elas não têm nenhum fundamento histórico, documentação, nada disso.

Do que a arqueologia e a historiografia conseguem comprovar dessa herança negra no Egito, o que há de conhecimento novo que a gente pode destacar?

Vou tentar sintetizar. Eu não sou especialista em Egito, mas ele entra em vários momentos na minha pesquisa, na medida

em que, por exemplo, existiam interações fortíssimas entre o chamado mundo clássico e o Egito. Havia cidades gregas no Egito. O que há de novidade? Lá no ciclo épico – um dos registros mais importantes na história de heróis e deuses gregos, que remonta ao que a gente chama de período arcaico, existia nessa formulação um herói que era africano, etíope. O nome dele era Mêmnon. Ele era filho da Aurora. O que eu percebi, estudando esse herói? Que ele, inicialmente, não tem nenhuma formulação fenotípica, física, negra. Pelo menos os textos e a iconografia não falam sobre isso. Os textos falam que ele era um homem muito bonito e um excelente guerreiro. Ele era tão importante quanto Aquiles, o maior guerreiro do ciclo épico. Só que ao longo do tempo, século 4º, 3º, 2º antes de Cristo, ele vai assumindo características negras. Nas representações ele passa a ser um herói negro, na literatura ele passa a ser

um homem negro. Um homem, um herói negro está presente no ciclo épico, um conjunto de narrativas fundamentais do que eram esses gregos no passado. Além disso, a gente vê no período – isso não é novo, mas é bom ressaltar – que existia no Egito uma dinastia núbica, que o Egito desse período era multiétnico, habitado por pessoas de culturas, cores e raças muito diferentes. Mas também há os egípcios, fazendo a pesquisa deles, e esses egípcios não veem o Egito como sendo África, como sendo uma experiência negra. Esse Egito que a gente conhece, para eles, compõe o mundo árabe. Existe o Egito dos egiptólogos, que não estão interessados em enquadrar essa experiência étnico-cultural muito ampla. E por fim, você tem o Egito como um dos espaços onde a gente observa o que um autor chamado Gordon Childe vai chamar de revolução urbana: esse Egito foi visto pelos historiadores como parte do Oriente

Próximo. Veja quantos Egípcios a gente tem pra lidar. Acho que isso é importante de entender: há um discurso importante sobre a negritude no Egito lá no passado, mas é um discurso que explica algumas coisas e não explica outras.

A historiografia e a arqueologia buscam documentos, sejam escritos, objetos, pinturas, pra tentar se aproximar o mais possível da realidade. Hoje, o que podemos dizer, em relação ao Egito, que é verdade e que é mito?

Primeiro que esse passado é amplíssimo. Esse Egito era muito misturado, não tem uma composição étnica que explique o Egito. Sempre foi muito misturado e sempre esteve em contato com a região mais ao Sul, mas também com o Mediterrâneo. Eu estou estudando agora o caso de um artesão cujo nome era Amasis. Esse nome era a forma grega para o nome de um faraó da mesma época. A biografia discute se ele só tinha

Isso mostra pra gente que a Antiguidade está presente em nosso cotidiano.

o nome egípcio, se ele era egípcio, se ele era negro, se ele era escravo. Essas pessoas circulavam. Era um ambiente de constante contato, circulação, e não existe a ideia de fixação em um Egito negro, exclusivamente negro, de uma potência negra.

Isso é mitologia?

Isso é mito. Só que esse Egito era também negro, em parte. Existe agora um debate, atualíssimo, sobre se a Cleópatra era negra, não era negra. A questão aparece agora porque existe um filme que foi anunciado sobre a Cleópatra, e a atriz será aquela que foi a Mulher Maravilha, a Gal Gadot. O movimento negro já entrou com esse debate: “estão querendo branquear o Egito, porque a Cleópatra era negra”. O que a gente pode dizer? A Cleópatra 7ª, que é esta Cleópatra, era

descendente da dinastia dos ptolomeus, que vem da Macedônia, uma região, aspás, helenizada, e quando ela nasce, eles já estavam há séculos no Egito. Podem ter se miscigenado. Agora, a gente não pode dizer se ela era branca, se era negra. A gente não sabe. Novamente a disputa. Isso mostra pra gente que a Antiguidade está presente em nosso cotidiano. Engana-se quem pensa que a história antiga, a arqueologia clássica é resumida a um grupo de pessoas eruditas – às vezes sim – que passam seus dias em bibliotecas e gabinetes. Existem demandas muito fortes da nossa experiência atual relacionadas com tudo isso.

Qual o diálogo da arqueologia com as questões políticas, com os debates nacionais?

A arqueologia é uma disciplina fundamental nisso que a gente chama de Estado Nacional. Ela é mobilizada em vários contextos. Isso acontece em Israel, porque eles

querem mostrar ocupações mais antigas que remontam a populações judaicas e, com isso, demonstrar uma continuidade. Isso aconteceu na Itália fascista. O nazismo era muito interessado na arqueologia. Todos esses discursos de conexão com a terra, de relação entre povo e território, remontam à arqueologia. Então, ela pode ser muito libertadora e pode ser aquela disciplina que enquadra a gente em discursos de origem: nossa origem indígena, nossa origem celta e coisas do tipo. Acho que tudo isso tem muito a ver com a formação do arqueólogo. Essa formação vem se modificando e isso tem ligação com a inserção de novas pessoas na universidade. Nesse sentido eu acho que o governo Lula é importantíssimo porque essas pessoas que antes não vinham para a universidade, agora passam a frequentar. E elas mudam a paisagem dos interesses, das pesquisas. Então, eu vi um congresso há uns dois, três anos, com temas que eu até

me vi como um pouco conservador, atrasado aí. Muitas das questões eu nem compreendia muito bem. Tem arqueologia queer, arqueóloga trans falando, e falando desse debate da questão trans, de gênero. Essas questões passam a entrar. A arqueologia tem início no século 19 para explicar os Estados Nacionais. Mas a partir do fim da 2ª Guerra, e depois das lutas de independência das ex-colônias, lutando contra suas metrópoles, os movimentos civis – negro, gay, feminismo – tudo isso, que começa no ativismo, transborda e chega à universidade. Quando isso chega à universidade, com bastante atraso, inclusive, os deba-

tes mudam. A noção de civilização deixa de fazer muito sentido, a ideia de contatos assimétricos, tudo muda. E tudo acontece com a chegada de novos personagens à universidade.

Até pouco tempo, e isso ainda permanece, o intelectual negro quase sempre é convidado a falar apenas sobre luta antirracista. Você é convidado a falar sobre arqueologia clássica. Isso é um avanço? Começa-se a romper mais um limite? É um avanço, mas muito limitado. É possível contar nos dedos os professores negros em universidades públicas no campo da história antiga. A Unifesp é um caso



FOTO: SÉRGIO SILVA

excepcional, porque eu e o meu colega de área, o Glaydson (Glaydson José da Silva) somos negros. Meu interesse, desde a graduação, é a organização do trabalho dessas oficinas (de produção de arte clássica) nessas sociedades pré-capitalistas. Essas questões me afastaram da questão da negritude. Alguns colegas achavam que eu estudava escravidão na Grécia antiga, porque uma pessoa negra estudando arqueologia na Grécia antiga só poderia ter esse tipo de interesse. Eu me lembro muito bem que, quando eu entrei na Unifesp, havia um evento anual para docentes negros na Unifesp. E eu nem sequer fui convidado. Nem pra assistir. As pessoas não me veem como um professor negro porque eu não trato da questão do negro. Outra coisa que eu costumo brincar: eu fui praticamente empurrado para o estudo da África, porque existe uma demanda de que um professor negro tem de ter esse tipo de interesse. Não é um problema para

Esse jovem da periferia tem direito de aprender o que é arte grega, romana, renascentista, pra se informar e pra elaborar isso da forma que quiser. O jovem tem direito a compreender tudo isso. Eu convidaria essas pessoas a virem pra universidade.

mim, ao contrário. É um interesse que me surge mais recentemente. Eu tento me desdobrar no arqueólogo que se interessa pela Grécia antiga e alguém interessado nessa demanda, porque existe essa demanda.

Eu queria que você fizesse um exercício de diálogo com o jovem da periferia, que pretende fazer Arqueologia. O que você diria para esse jovem?

Tanto a arqueologia como a história clássica, que são disciplinas diferentes, mas muito próximas, precisam de pessoas diferentes, que pensam de forma diferente. Esse tipo de reflexão nova precisa ser consolidada. Porque não adianta simplesmente dizer, como eu ouvi de alunos, inclusive, que a gente não tem nada a ver com Grécia, com Roma, isso é coisa

de europeu e não faz sentido. Pelo contrário, esses elementos são presentes, são ativos em nosso cotidiano, e o que a gente precisa é de novas pessoas apresentando visões diferentes. Eu sempre lembro de uma entrevista de um rapaz muito bem intencionado que estava montando um centro cultural na periferia. E havia uma biblioteca só com arte contemporânea, Basquiat e coisas assim, porque ele acha que isso tem mais proximidade com a periferia e a lógica do grafite. Isso é muito limitante, pra mim. Esse jovem da periferia tem direito de aprender o que é arte grega, romana, renascentista, pra se informar e pra elaborar isso da forma que quiser. O jovem tem direito a compreender tudo isso. Eu convidaria essas pessoas a virem pra universidade.

Equidade racial nas empresas, nada mais que obrigação

DANIEL BENTO TEIXEIRA



DANIEL BENTO TEIXEIRA É ADVOGADO ESPECIALIZADO PELA PUC-SP EM DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS, ALÉM DE DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DO TRABALHO E DESIGUALDADES. FOI PESQUISADOR-VISITANTE DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA, EM NOVA YORK, E ASSOCIADO AO PUBLIC INTEREST LAW INSTITUTE, EM BUDAPESTE.

Este artigo aborda aspectos históricos das relações raciais e do trabalho no Brasil, faz comparações com capítulos da história estadunidense, além de elencar normativa nacional e internacional que prevê a adoção de políticas e práticas de equidade racial em empresas, tais como programa de trainees para negros.

Sempre me chamou a atenção o fato de no Brasil expressarmos nossa nacionalidade por meio de adjetivo-pátrio “eiro”, que remete à profissão - carpinteiro, marceneiro, pedreiro, e, destaque-se aqui, brasileiro – “o tirador do pau-brasil”, termo considerado pejorativo, já que a profissão era desempenhada por criminosos, mandados ao Brasil por

Portugal. Isto caracteriza bem o projeto que se colocava diante da coroa portuguesa: um projeto de exploração e não de construção de uma sociedade, de um país.

Não surpreende, portanto, que as marcas deste modelo de desenvolvimento, alicerçado no colonialismo e no escravidão, ainda estejam tão

presentes nas mentes e corações de muitos, como os que se incomodam com programas de trainee de empresas focados em jovens negros, como o que foi lançado pelo Magazine Luiza. Esta visão nos impede de construir um projeto de sociedade coesa, com identidade fundada na valorização da diversidade humana e na implementação concreta

da equidade.

A mentalidade colonial e escravista não permite que se vislumbre no Brasil outra narrativa para a população negra, em especial para sua juventude, que não seja a exclusão do trabalho qualificado e a efetivação do genocídio de negros e indígenas.

Vale lembrar que enquanto os Estados Unidos promoviam, ainda que temporariamente, direitos civis de negros e negras, bem como medidas de indenização e integração a esta população, durante o período conhecido como Reconstruction, após finalizada a Guerra da Secessão (1865), no Brasil editava-se a Lei do Ventre Livre (1871). Seu artigo 1º libertava os filhos das mulheres escravizadas, mas colocava estas mesmas crianças sob custódia do senhor de escravizados, este sim, no caso brasileiro, beneficiário de promoção social. Era o senhor de escravizados que deveria receber uma indenização do Estado, quando a criança completasse oito anos. Alternativamente,

o escravizador poderia exigir compensação da própria criança, com seu trabalho forçado até os 21 anos completos, em clara medida de institucionalização do trabalho infantil, não por acaso ainda hoje muito maior entre crianças negras.

Nesse mesmo período, próximo à abolição da escravatura, intensificava-se no Brasil o imigrantismo europeu como alternativa para os crescentes postos de trabalho assalariado. Para esta nova etapa da economia, o trabalho da população negra, qualificado por séculos para atividades variadas e complexas durante o escravismo, torna-se não qualificado, relegando negros e negras ao desemprego em massa.

Este foi o fundamento do trabalho informal no país, sem proteção social, com números que os relatórios sobre relações de trabalho, lançados mês sim, mês não, evidenciam sobre as desigualdades raciais, como sintomas de um mesmo patógeno, desde sempre: o racismo, que é estrutural. Apesar da eloquência dos

números, há quem insista em não acreditar. Nada surpreendente em um momento histórico em que narrativas valem mais do que fatos.

É com estarrecedora normalidade (este é o velho normal no Brasil) que encaro os levantes reacionários contra um programa de trainees como o do Magazine Luiza, que busca tão-somente dar cumprimento a uma obrigação que está presente no Estatuto da Igualdade Racial, em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 111 da OIT e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, bem como na própria Constituição, cujo artigo 170, inciso VII, relaciona, entre outros princípios que devem reger a ordem econômica no Brasil, a redução das desigualdades sociais, o que, no caso brasileiro, não pode ser feito sem programas que combatam o racismo, em sua estrutura, e promovam a equidade racial. ■

Novembro da esperança: nada sobre nós sem nós!

TIAGO SOARES

TIAGO SOARES É HISTORIADOR COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS, SECRETÁRIO ESTADUAL DE COMBATE AO RACISMO PT-SP E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

TOMAZ SILVA/AGB



Devido à pandemia, as eleições deste ano ocorrem em novembro. Nada mais simbólico do que o mês em que celebramos Zumbi e a luta antirracista no país seja um marco para eleger candidaturas negras e periféricas comprometidas com a maioria da população.

Estamos a poucos dias das eleições municipais, o segundo processo eleitoral após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e o primeiro após ascensão da extrema direita ao poder central, com a chegada de Bolsonaro à presidência eleito por voto popular.

É de conhecimento de todes as inúmeras conquistas que a maioria da população teve com os governos do Partido dos Trabalhadores, em

especial as periferias e as negras/os com o acesso ao ensino superior através do Prouni/Fies/Sisu, do Minha Casa Minha Vida, do Bolsa Família, do Estatuto da Igualdade Racial, das Cotas nas Universidades Públicas e no serviço público e tantas outras ações.

Apesar de todas essas conquistas, não foi possível fazer uma reforma política que possibilitasse desarmar a estrutura rica e branca que toca as

câmaras municipais, as assembleias legislativas, o Congresso Nacional e o Senado.

A vitória de Bolsonaro e de Dória em 2018, com muitos votos das periferias e de negros/os, nos chamou atenção para o papel dos partidos, dos movimentos negros e da sociedade civil em geral, pois o distanciamento dessas instituições da vida real das pessoas e o agravamento da crise econômica e política foi a fórmula perfeita para abrir espaço para a extrema direita. Ou seja, apresentar um único remédio ou ficar esperando um reconhecimento histórico de nossas ações mostrou não ser o melhor caminho.

É no bojo dessa reflexão que, neste ano, a Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT em São Paulo tem realizado seminários de formação política que culminaram na construção coletiva de mais de 1.300 candidaturas a vereadoras/es espalhadas por todo

o estado e candidaturas majoritárias expressivas, como Douglas Martins, em Santos, Profa. Lucélia, em Bertioga, o jovem Fabiano Soares, em Itaquaquecetuba, Anália Silva, em São Vicente. Para exemplificar o crescimento de nossa representatividade na disputa institucional, celebramos o crescimento devido à qualidade e o nível de envolvimento dessas candidaturas com as pautas periféricas e de enfrentamento ao racismo.

A decisão positiva do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal sobre a consulta feita pela deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) sobre a aplicação da proporcionalidade racial no fundo eleitoral foi mais uma conquista do movimento negro, que tem dado condições financeiras reais a candidaturas negras para enfrentar o racismo institucional e a falta de representatividade. Mas essa medida vai requerer uma atenção maior por parte do movimento,

do partido e da sociedade civil, pois é preciso construir um filtro sobre sua aplicabilidade que impeça distorções e manipulações e para que o recurso chegue, de fato, àquelas candidaturas que estão todos os dias na luta do negro e das periferias.

Devido à pandemia, as eleições deste ano ocorrem em novembro. Nada mais simbólico do que o mês em que celebramos Zumbi e a luta antirracista no país seja um marco para eleger candidaturas negras e periféricas comprometidas com a maioria da população. Estou convicto que teremos muitas novidades e representatividade após o dia 15 de novembro.

Nada sobre nós sem nós!

Vidas negras importam! ■

O que há de novo na questão racial no Brasil

PAULO RAMOS

Em cada lugar do mundo George Floyd juntou-se a outras vítimas da brutalidade do Estado. Certamente, maio e junho de 2020 entrarão para a história das lutas sociais transnacionais pela sinergia causada pela reverberação da frase “vidas negras importam”

O ano de 2020 será marcado como um ponto de inflexão no debate sobre racismo no Brasil e talvez no mundo, porque a resposta dada pelo movimento Black Lives Matter – Vidas Negras Importam – conseguiu fazer ecoar suas vozes de revolta contra a morte de George Floyd, em Minnesota, Estados Unidos, causada por um policial branco que

ajoelhou em seu pescoço durante oito minutos.

Protestos foram vistos nas principais cidades da Europa e das Américas, na África e na Ásia. Contou o fato de que haver o coronavírus à solta e a necessidade manter as pessoas em casa para evitar a contaminação por ele deixou todo o mundo mais atencioso com questões como esta, pessoas nas suas casas sem a necessidade de ir ao trabalho, com tempo livre para o protesto presencial ou virtual. Contou também a existência real da violência policial contra negros e outros grupos subalternizados como latinos, árabes indígenas etc. Em cada lugar do mundo, George Floyd juntou-se a outras vítimas da brutalidade do Estado. Certamente, maio e junho de 2020 entrarão para a história das lutas sociais transnacionais pela sinergia causada pela re-

verberação da frase “vidas negras importam”.

A força da mídia imperialista não é capaz de produzir sozinha essa reverberação, bem como o uso da hashtag #blacklivesmatter também não. Como diz uma das criadoras do BLM, em seu livro *The Purpose of Power – the purpose of power: how we come together when we fall apart*, pessoas constroem mobilização social, hashtags, não. Quem faz as mobilizações, são as pessoas, quem vai às ruas são as pessoas, quem constrói redes de relações de afeto e confiança são as pessoas. E, se o ano de 2020 foi transformador no combate ao racismo, é porque neste ano houve uma transformação na qualidade do relacionamento entre elas.

Durante repercussão da morte de George Floyd, as redes de TV da grande mídia, os grandes jornais

PAULO RAMOS
É SOCIÓLOGO E
COORDENADOR DO
PROJETO RECONEXÃO
PERIFERIAS.

e revistas foram instados a colocar no ar, a entrevistar e buscar fontes de ativistas e militantes negros, intelectuais e especialistas em violência e em movimentos sociais negros. Nunca antes na história do debate sobre a ação da polícia no Brasil o racismo apareceu tão intimamente ligado à brutalidade que esta instituição espalha pelas ruas; nunca a violência foi tratada como um problema racial com tanta ênfase. Igualmente nunca surgiram tantos negros acadêmicos altamente capacitados, vindo de diferentes regiões do país, em vários lugares do mundo.

Mas qual é o verdadeiro impacto disso? Teria sido apenas um novembro fora de época, quando todos resolvem falar sobre consciência negra durante um mês e depois voltam a conviver harmoniosamente com o racismo cotidiano? Eu tendo a acreditar que não. A despeito do fascismo que governa o Brasil.

A capacidade de respos-

ta que os movimentos negros tiveram no Brasil, ao lado de formadores de opinião, jornalistas professoras e professores negros em várias instituições é fruto de uma articulação que deita longas raízes nos tempo e nos espaço, é fruto de uma articulação que envolve políticas sociais de inclusão social e racial, como ProUni e Cotas nas universidades públicas na graduação e na pós graduação. Não se formam do dia para a noite especialistas com experiência e circulação internacional.

Houve uma mudança nas redações dos jornais e dos telejornais, bem como nas revistas e jornais impressos e portais de internet. Houve mudança no mercado editorial, que passou a contratar mais autores e autoras negras.

O maior símbolo disso é a lista de indicações para o Prêmio Jabuti, principal premiação nacional do mercado editorial brasileiro. A lista de indicações e de finalistas

para o prêmio nunca foi tão representativa da presença negra entre seus autores e autoras.

Há eventos que são apenas passageiros e não são capazes, sozinhos, de mudar as estruturas. Mas há mudanças estruturais que, quando encontram algum acontecimento, se tornam verdadeiras eclosões, permitindo que sejam reveladas as transformações de longo prazo nas quais foram forjadas. Os eventos em si podem ser passageiros, mas quando encontram condições estruturais que fortalecem a alimentam as ações dos atores neles envolvidos, são capazes de criar novos tempos.

Políticas de universalização do ensino médio, as políticas de transferência de renda como Bolsa Família e aumento do salário mínimo e as políticas de democratização do ensino superior transformaram o ativismo negro. Agora, em termos de debate racial no Brasil, nada será como antes. ■

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



Programa Reconexão Periferias na tvPT

Toda terça-feira, às 19h (horário de Brasília).

tvPT - programas sobre coronacrise, economia, política e muito mais

De segunda a sexta-feira, às 11h e às 19h (horário de Brasília).

Rádio Comunitária "A Voz das Comunidades" 87,9FM

na página do Facebook e no aplicativo <https://www.facebook.com/radiocomunitariaavozdascomunidades87.9fm>. Programações diárias das 6h às 20h (horário de Manaus).

Programa Camisa de Força

temas do cotidiano pontuando sempre o Hip Hop e a diversidade cultural, no instagram @gangster976. Diariamente.

Live Morhan na Quarentena

assuntos de interesse das pessoas com hanseníase e temas relacionados à pandemia, na página do Facebook "Morhan Nacional". Toda terça-feira, às 18h.

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação

<https://www.mulheresnacomunicacao.com/>

Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h

Rádio Mulheres na Comunicação:

<https://www.mulheresnacomunicacao.com/>

Live Ativa - Arte e Educação

no perfil <https://www.facebook.com/ativacaoculturalescolas/>

Toda quarta-feira, às 15h.

Podcast Rede Mães de Luta

no canal do [YouTube](#) e no Spotify. Programações quinzenais.

Isolados Aprendizizes - A Batalha de Conhecimento

28/11/2020 - inscrições [aqui](#)

Canal Combate pelo Socialismo

com diversos programas semanais, incluindo o "Foco na Perifa" toda terça-feira no [YouTube](#)

Podcast do Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Canal de podcast que aborda aspectos diversos dos acervos e das pesquisas em curso. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/podcast/>

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
Seleção de projetos incentivados - Cielo S.A. 2020	A Cielo S.A. apoia causas sociais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e investe nos projetos por meio de leis de incentivo.	Até 27/11/2020	https://prosas.com.br/editais/7827-selecao-de-projetos-incentivados-cielo-sa-2020
AMBEV VOA 2021	Organizações sem fins lucrativos ou qualquer tipo de organização social, incluindo empreendedores sociais e negócios sociais, desde que eles estejam relacionados com os objetivos do programa.	Até 15/12/2020	https://prosas.com.br/editais/7884-ambev-voa-2021
Prêmio Trajetória Artística nas áreas de audiovisual, artes visuais, fotografia, grafite e literatura	Poderão se inscrever somente pessoas físicas que tenham domicílio ou residência na cidade de São José dos Campos e atuação comprovada nas áreas de Audiovisual, Artes Visuais, Fotografia, Grafite e Literatura.	Até 20/11/2020	https://prosas.com.br/editais/8011-pessoa-fisica-premio-trajetoria-artistica-nas-areas-de-audiovisual-artes-visuais-fotografia-grafite-e-literatura
Fundo Internacional Trans (International Trans Fund – ITF)	Para ser escolhida, a organização deve ser liderada por pessoas trans, ter um orçamento anual inferior a 150 mil dólares, e ter como foco beneficiar a comunidade trans, fora outros critérios descritos no edital.	Até 04/12/2020	https://captadores.org.br/2020/11/09/fundo-internacional-trans-r
Goethe-Institut	Apoiar a produção e difusão de episódios de podcasts que deem visibilidade a experimentos e inovações da sociedade civil na América do Sul. O objetivo é estimular reflexões sobre o futuro da democracia.	Até 20/11/2020	https://capta.org.br/opportunidades/goethe-institut/

<p>Edital Statkraft Brasil</p>	<p>Entre as leis previstas para apoio por parte da empresa estão o FIA – Fundo para Infância e Adolescência, Fundo do Idoso, Lei Federal do Esporte, Lei Rouanet, Pronas/PCD e Pronon, conforme divulgação da empresa. As iniciativas devem ser promovidas em cidades determinadas na página acessada pela ABCR, em oito Estados da federação.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://captadores.org.br/2020/11/03/statkraft-brasil-apoia-projetos-aprovados-em-leis-de-incentivo-fiscal/</p>
<p>Prêmio Dia de Doar Kids 2020 Escolas</p>	<p>O objetivo do Prêmio é reconhecer e premiar campanhas de mobilização generosas e solidárias envolvendo as escolas de todo o país, gerando integração entre professores, alunos e suas famílias e a comunidade onde as escolas estão inseridas; dentro do contexto da mobilização social que culminará no Dia de Doar, dia 1º de dezembro de 2020.</p>	<p>Até 15/12/2020</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/8035-premio-dia-de-doar-kids-2020-escolas</p>
<p>Fundo Global de Resiliência para Meninas e Mulheres Jovens</p>	<p>Grupos registrados, não registrados e coletivos informais, com orçamentos anuais abaixo de US\$ 50.000 são elegíveis para participar da chamada. Os grupos devem ser liderados por meninas e/ou mulheres jovens com menos de 35 anos para poderem se inscrever.</p>	<p>Enquanto durar a pandemia de COVID-19</p>	<p>https://capta.org.br/opportunidades/global-resilience-fund-for-girls-and-young-women/</p>
<p>Edital Vida Melhor com Esporte IBRF 2021</p>	<p>Poderão se inscrever projetos já aprovados nas Leis Estaduais de Incentivo ao Esporte de Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, ou aqueles projetos já aprovados ou a serem aprovados na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte do Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>Até 04/12/2020</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/8021-edital-vida-melhor-com-espo</p>

Hélder Oliveira



Hélder Oliveira é artista plástico. Criado no entorno das comunidades da Represa de Guarapiranga, no extremo sul da cidade de São Paulo, filho de nordestinos, cresceu com as dificuldades daqueles que residem nas periferias, mas também com a alegria dos garotos que descobrem a liberdade de soltar pipa com os amigos, brincando na rua da cidade de pedra. Alimentou o sonho de se tornar professor e, após concluir seus estudos na Faculdade de Belas Artes, decidiu levar arte, cor e flor às crianças e adolescentes das escolas públicas, tão apagadas pelo tom cinza da realidade.

Aliás, essa falta de cor onde seus olhos pousavam o fez querer transformar ainda mais a comunidade e o entorno que o rodeava. Decidiu, então, fazer pós-graduação em Atendimento Sistêmico à Família e Redes, pela Universidade de Lannus –Argentina, patrocinado pela Universidade de Tromsø – Noruega.

Com toda essa bagagem acadêmica, Hélder encontrou nos muros da cidade uma escuta a mais para suas críticas e para a poesia que retrata em sua arte, pintando – e espalhando – flores por onde passa. Com isso, deseja dar visibilidade ao universo quase transparente das comunidades que compõem as periferias de São Paulo, através das cores que pulsam e vibram, que gritam vidas sobrevidas).

Redes sociais: @helder_holiveira e @afetonalata



